

Intervenção de Carlos Lage na conferência promovida pelo Jornal de Notícias: “A EUROPA E AS REGIÕES” – Palácio da Bolsa – 1 de Janeiro de 2007

NORTE – UMA REGIÃO À PROCURA DE SI PRÓPRIA E DO SEU FUTURO

O discurso regional está de volta. Saudemos o acontecimento. Após a vitória do não no referendo sobre a regionalização, em 1998, o discurso regional sofreu um refluxo ou fez-se apenas em surdina. Agora voltou à cena política e mediática, de forma natural, sem complexos ou arrogâncias. A questão não é alheia ao projecto europeu: insere-se plenamente no debate sobre a natureza da União Europeia – como muito bem entendeu o Jornal de Notícias e o seu ilustre director.

Tradicionalmente, a autonomia regional era considerada como um problema de relações de índole bilateral entre o estado nacional e as suas regiões. Com a União Europeia, surgiu uma espécie de «terceiro nível» o das relações triangulares entre Estados, regiões e instituições europeias.

A integração europeia tem encorajado e legitimado as regiões, nomeadamente através da política regional, já para não evocar uma corrente doutrinal que perdeu força, a qual via nas regiões a pedra basilar de uma Europa de carácter federal, patente no slogan “A Europa das regiões”.

É certo que as regiões contribuem para a organização do jogo político na Europa, mas não são nem podem ser os actores principais da “governança” europeia. Numa Europa a 27, o mito “Europa das regiões” perdeu o seu efeito apelativo. Uma União Europeia baseada numa poeira de regiões, subalternizadora dos Estados, caracterizada por uma desconcertante heterogeneidade cultural, linguística, territorial e política, seria uma construção atomística, uma espécie de novo feudalismo, a que só faltaria colar a ideia de «império». Ninguém pretende que os Estados-nação de hoje sejam as regiões de amanhã. Prefiro uma Europa federal assente nos Estados.

Estamos a falar de regiões num Portugal Continental sem regiões. Melhor dizendo, de um Portugal onde há cinco regiões embrionárias congeladas e à espera de autorização para nascerem. Não é por acaso

que nos encontramos na cidade do Porto, o principal pólo cultural, científico e político de uma região à procura de si própria – a Região Norte.

A Região Norte não é uma dádiva da história política portuguesa. De facto, o Estado-Nação europeu do século XIX e da primeira metade do século XX, desprezava as regiões, considerando-as como obstáculos à manutenção ou à construção da identidade nacional e à existência de um estado moderno. Foi só depois da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, a partir dos anos sessenta que se assiste à reabilitação das regiões no seio de um Estado modernizador que procurava interlocutores no território.

Apesar das suas longínquas raízes que mergulham no tempo da formação da nacionalidade, a ideia de uma Região Norte desde a bacia do Rio Douro ao rio Minho e à fronteira espanhola, é uma aquisição recente. Apesar disso, evidencia ainda debilidades quanto à sua própria identidade, reflectindo-se num défice quanto à imagem que os de dentro (os habitantes da região) e os de fora (os restantes portugueses) dela fazem. Seria muito negativo que essa identidade fosse construída, doravante, pela negativa, pela consciência crispada à volta da classificação “da região mais pobre do país”. A região pode e deve aglutinar-se à volta de atitudes positivas, mobilizar-se, fortalecer “sentimentos de pertença” à volta de interesses, objectivos e aspirações comuns.

Creio mesmo que o sentimento de pertença da região se desenvolveu e sedimentou nos últimos anos, graças, em parte, ao sucesso da autonomia galega que, ressalvadas as devidas proporções, tem contribuído para a reapreciação do fenómeno regional pelo menos no Norte do país.

A Região Norte para se tornar um sujeito político precisa de adquirir o estatuto constitucional de região e ser dotada de instituições eleitas, o que não se alcança sem regionalização.

Será que a regionalização divide? Não obrigatoriamente. O que divide e dividirá cada vez mais é o centralismo absurdo do país. A regionalização pode ser, inversamente, um factor de unidade e coesão num patamar mais elevado de cultura política e de respeito pela diversidade.

Será que a Região Norte (bem como as restantes quatro regiões portuguesas) pode ficar à «espera de Godot», como os dois anti-heróis, Vladimir e Estrabon da obra-prima de Samuel Becket?

A regionalização não pode esperar indefinidamente. Precisamos de um horizonte temporal claro para a realização do novo referendo. As regiões não são um fim que se esgota em si próprio. Precisamos de regiões para fazer o quê? Sem entrar em detalhes, as competências e os poderes regionais podem ser sintetizados em três domínios essenciais:

- A capacidade das regiões formularem uma política, podendo legitimamente estabelecer um interesse regional, dependendo do grau de autonomia que lhes seja concedido;
- As competências que lhe são atribuídas e a autonomia decisional, que consiste na pedra de toque da natureza do poder regional;
- Os recursos financeiros para pôr em prática as políticas públicas e uma certa margem de liberdade na sua alocação. Não é forçoso que as regiões disponham de orçamentos volumosos, estes podem mesmo ser um fardo se comportam cargas administrativas pesadas, podendo submeter as regiões às pressões das clientelas.

As regiões prefiguradas na Constituição da República Portuguesa aproximam-se daqueles princípios. Devo observar que as regiões do Continente não possuem competências legislativas nem tão pouco uma clara vocação para criar impostos. No entanto, são-lhe permitidos poderes significativos nos domínios do desenvolvimento económico e empresarial, no ordenamento do território e do ambiente, na educação e formação profissional, na ciência e tecnologia, cultura e património, agricultura e desenvolvimento rural, acessibilidades e logística, sociedade do conhecimento e turismo.

A Região Norte anda à procura de si própria não apenas no terreno das representações políticas, mas também na economia à procura de um novo modelo económico que sem abandonar a sua vocação de grande região industrial e exportadora, lhe permita enfrentar os desafios da inovação, da competitividade e da diversificação do seu tecido produtivo na indústria, nos serviços, nas novas tecnologias desde as telecomunicações às ciências da vida.

Os indicadores económicos, sociais e educativos da região fizeram soar a campanha de alarme. O seu medíocre desempenho económico exprime-se na curva descendente da sua participação no PIB nacional. Apenas entre 2003 e 2004 essa participação caiu de 28.3% para 27.8%. Por outro lado, há sinais preocupantes de agravamento da divergência relativa à média da U.E. a 25. De um índice de 66, em 2001, passou-se em queda vertical para o índice 56, em 2004.

Nem o desempenho da Área Metropolitana do Porto se salva, já que o seu PIB per capita, em 2004, ficou abaixo da média nacional – o que é mesmo contra intuitivo.

O ciclo de fundos estruturais para o período de 2007-2013 garante à região uma injeção fortíssima de euros quer por via do PO Regional quer por via dos POs temáticos.

Só que, experiência feita, não basta beneficiar de generosas ajudas comunitárias. A região precisa de se ajudar a si própria. Ela mantém intactas as suas enormes potencialidades de expansão económica e capacidade exportadora. Sendo uma região em fase de reajustamento estrutural, precisa de explorar novas oportunidades na economia do conhecimento, onde assumem um papel de relevo as suas universidades, institutos de investigação e as pequenas e médias empresas inovadoras.

Mas a região também precisa de ser ajudada pelo Governo. O Norte deveria ser uma prioridade nacional, quanto mais não seja porque qualquer estratégia que alicerce o desenvolvimento do país no conceito de região motora, atribuído à capital, está votada ao fracasso se o Norte e Centro do país não alcançarem uma trajetória de convergência.

A este propósito, permitam-me que recorra a um interessante documento, o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, já aprovado na generalidade pela Assembleia da República. A dado passo, escreve-se nesse documento: «fundamental na afirmação de cada país, na Península ibérica e na União Europeia, é o reforço do peso estruturante do eixo central da Península ibérica (Lisboa-Madrid-Barcelona) que em breve estarão ligados pelos comboios de alta velocidade». Não vou contestar a importância e a pertinência deste eixo central. Basta-me referir que é preciso reequilibrar esse eixo central e fazer uma leitura mais justa da coesão do território peninsular. É de facto possível e imperioso fazer um outro desenho e apostar forte numa política alternativa, valorizando a importância do conjunto do noroeste peninsular e, neste, do papel da cooperação estratégica entre o Norte de Portugal e a Galiza, designadamente no âmbito do eixo das suas cidades litorais.

Lisboa tem tudo a ganhar com esta leitura das dinâmicas do território peninsular, pois pode encontrar-se na articulação de dois grandes eixos: o central e o ocidental.

As regiões constituem um dos pilares da organização política, da economia e da sociedade da maioria dos países europeus. Ainda possuem capacidades mobilizadoras excepcionais, não apenas para o desenvolvimento regional *stricto sensu*, mas para o desenvolvimento europeu.

Portugal tem ainda esta lacuna no seu sistema político e institucional para preencher. Creio que o regionalismo retomou a sua marcha, em tempos interrompida, e estou convicto que é possível despartidarizar o debate sobre as regiões. Não se trata de o despolitizar, já que estamos perante uma questão eminentemente cultural e política. Trata-se apenas evitar que se faça dela uma arma de arremesso partidário.